

**PROJETO DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLARIZAÇÃO BÁSICA:
ACOMPANHAMENTO A ALUNOS EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

Deise Nanci de Castro Mesquita *

Elizabete Francisca Pereira de Oliveira **

RESUMO

Este relato de experiência apresenta o projeto de acompanhamento individual ou a pequenos grupos de alunos em dificuldades de leitura e escrita, matriculados na segunda fase do ensino fundamental, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação/UFG. Com a colaboração da Coordenação Pedagógica, uma equipe de pesquisadores, professores, estagiários e monitores desenvolve projetos de leitura com diferentes gêneros discursivos, objetivando o letramento daqueles alunos que fazem parte do programa de inclusão; que têm um histórico de reprovação escolar; e que apresentam um nível de compreensão leitora e de escrita incompatível com o ano cursado. Ao final de cada ano letivo, observa-se que essa atenção especial corrobora o melhor desempenho na prática discursiva desses adolescentes; o que, por conseguinte, interfere positivamente em sua participação, produção, autonomia e convivência escolar.

PALAVRAS-CHAVE: acompanhamento escolar, leitura, escrita e educação básica

ACOMPANHAMENTO A ALUNOS EM DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA

O Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, a Unidade de Educação Básica da Universidade Federal de Goiás, desenvolve vários projetos que visam à investigação e à vivência de propostas didático-metodológicas que possam contribuir com a melhoria da qualidade da formação cognitiva, intelectual e cultural de crianças e jovens, com e sem necessidades educacionais especiais; e o acompanhamento semanal de alunos em dificuldades de leitura e escrita é uma das muitas atividades realizadas, que toma o prazer de aprender, de conhecer, como a maior motivação para que eles permaneçam na escola.

Trata-se de uma proposta de acompanhamento individual ou em pequenos grupos, além e fora do período regular de aula, objetivando o letramento daqueles que não se adaptam aos procedimentos pedagógicos adotados em salas com trinta alunos, e que, em consequência, não conseguem se organizar sozinhos para estudar ou desenvolver as atividades solicitadas, durante as aulas e/ou em casa. Essa atenção especial é dada não com vistas à hegemonização de suas aprendizagens, ou para garantir a aprovação e o sucesso na avaliação escolar, mas em virtude do respeito que a escola tem a suas diferenças, a suas formas singulares de “funcionar”, à aposta que ela faz na capacidade humana de se superar, de avançar. Na verdade, muito mais simplesmente, por causa da responsabilidade e do compromisso que ela

* Professora pesquisadora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Doutora em Letras e Linguística pela UFG, com estágio de Pós-Doutorado em Educação pela UnB. mesquitadeise@yahoo.com.br

** Coordenadora Pedagógica da Segunda Fase do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Mestre em Educação pela UFG. cepae_coord@yahoo.com.br

tem com seus alunos, e a sociedade em geral; isto é, devido ao reconhecimento e ao cumprimento de seu único e maior objetivo de existir, como instituição educacional formal pública: buscar ensinar.

A convocação para que o aluno participe dos atendimentos é enviada aos pais ou responsáveis, que são solicitados a assinar o documento dando ciência da necessidade e importância de garantir que seu filho seja enviado à escola, também naquele horário extra determinado. A decisão de quem deve comparecer só acontece depois que os professores identificam problemas de leitura e escrita e comunicam à coordenação pedagógica que, por sua vez, verifica se há algum diagnóstico médico no Setor de Psicologia, examina o dossiê escolar e conversa com os pais ou responsáveis pelo adolescente. De posse desse relatório, a equipe responsável pelo trabalho de atendimento inicia as reuniões de discussão sobre as abordagens de ensino e aprendizagem mais adequadas aos interesses e necessidades de cada aluno; os recursos didáticos e paradidáticos mais pertinentes ao ano escolar; e as atividades de leitura e escrita mais apropriadas ao seu desenvolvimento social, cognitivo e cultural.

E para tomar as decisões sobre o encaminhamento da proposta, o grupo se referenda em um escopo teórico linguístico que trata a aquisição de linguagem levando em conta a combinação de fatores culturais, cognitivos e biológicos. Sob a orientação da concepção enunciativo-discursiva de Bakhtin (1997), que compreende a língua como uma manifestação de natureza social, a equipe programa atividades pedagógicas que possam ajudar o aluno a perceber e usar o discurso como uma forma de ação no mundo. Assim sendo, de forma geral, tal como na sala de aula regular, no atendimento, o objetivo é que o estudante seja capaz de entender, avaliar e (re)criar textos, isto é, usar e transformar os diferentes enunciados e gêneros discursivos que, na realidade, o rodeiam.

NECESSIDADE SINGULAR E ATENÇÃO ESPECIAL

Com a finalidade de identificar as limitações físicas e as possibilidades cognitivas daqueles que apresentam um diagnóstico de inclusão e que, por isso, são encaminhados aos atendimentos, os responsáveis por cada um consultam os relatórios e pareceres de seu desempenho desde o primeiro ingresso escolar; agendam ao menos uma reunião com os pais, responsáveis e familiares para saber como o adolescente é em casa, quais tarefas domésticas cotidianas ele é capaz de executar sozinho ou com ajuda, enfim, qual o seu nível de autonomia; buscam sugestões de abordagens de ensino propícias ao seu ritmo de aprendizagem junto à Comissão de Inclusão da escola; e, em encontros semanais de estudo e planejamento, definem as estratégias que mais efetivamente parecem interessar e proporcionar

a formação educacional integral e a efetiva participação social desses alunos com necessidades educacionais especiais.

O planejamento é desenvolvido e constantemente reavaliado a partir dos seguintes fundamentos filosóficos: o entendimento de que há pessoas com características definitivamente não análogas a de outras e que carregam maneiras de ver a vida de um modo diverso, podendo desenvolver habilidades que lhes são próprias para conduzir com autonomia suas vidas; a priorização de um aprendizado que se adianta ao desenvolvimento, ao que está intrinsecamente faltando, que aposta na superação das deficiências inatas, e que valoriza e potencializa qualquer rudimento de pensamento abstrato que ainda possa existir; e a compreensão de que cada sujeito tem suas características particulares, físicas e psíquicas, e que deve ser considerado como um ser real, e não ideal, ou seja, como uma pessoa que é parte da sociedade, alguém que vai à escola, ao supermercado, à igreja, ao clube... não apenas por direito constitucional ou pela aceitação dos outros, mas como condição imprescindível à humanização.

Os critérios didático-metodológicos adotados no acompanhamento desses alunos especiais são idênticos aos da sala de aula regular e aos utilizados com os estudantes sem limitações físicas ou mentais; os mesmos materiais – livro didático, revistas e jornais impressos e virtuais e obras literárias de diferentes gêneros discursivos – também são trazidos para o atendimento, e são desenvolvidas tarefas de sala e de casa semelhantes às solicitadas ao restante do grupo - pesquisas, produções textuais verbais orais e escrita e não-verbais -, como uma forma de inseri-los nas discussões e atividades que acontecem, quando todos se reúnem durante as aulas de português.

As estratégias de ensino-aprendizagem seguem quase que a mesma metodologia: gravação em áudio das leituras de obras literárias, com o intuito de trabalhar a articulação fonético-fonológica; a análise de diferentes textos verbais e não-verbais, com a finalidade de potencializar o raciocínio abstrato; a cópia de fragmentos textuais, com o objetivo de fortalecer o reconhecimento de segmentações, letras, sílabas, palavras e o efeito de sentido que provocam; e a produção de desenhos, pinturas, imagens computacionais e escrita alfabética como formas grafadas de suas sensações. Obviamente, cada aluno apresenta um interesse específico, que é respeitado na medida da possibilidade e em função do objetivo da aprendizagem. Mas há uma constante preocupação dos responsáveis em não perder de vista aonde se pode e pretender chegar, em termos de conhecimento escolar sistematizado. Afinal, embora devam ter uma sensibilidade para perceber reações pessoais e psicológicas, a

especialidade desses profissionais é pedagógico-linguística, e é a isto que devem se ater, durante esse processo de ensinar.

Por isso, inclusive, a decisão de adotar sempre os mesmos recursos didáticos e paradidáticos distribuídos aos outros alunos, de demandar as mesmas tarefas de casa, de acompanhar a leitura das obras literárias, de exigir igual responsabilidade na entrega das produções textuais, de solicitar cadernos sempre organizados e limpos, de controlar a presença pontual nas aulas e nos atendimentos, de utilizar suas produções, orais, escritas, imagéticas etc, como parte dos materiais selecionados para compor os exercícios exemplificativos e avaliativos da turma.

Enfim, a vida escolar desses alunos é conduzida com a mesma naturalidade, igualdade e singularidade que a dos demais alunos em dificuldades de aprendizagem. Já habituada a lidar com as especificidades de seus setecentos estudantes, a escola não tende a velar as diferenças em função de uma pretensa harmonia e universalidade. Agindo assim, contribui para diminuir a ansiedade dos professores que não sabem como lidar com os problemas de ensino, o sentimento de culpa dos alunos por não darem conta de aprender, o sofrimento dos pais por estarem impossibilitados de acompanhar a formação de seus filhos e o preconceito de todos que desconhecem as limitações e as potencialidades de cada ser humano.

CONCLUSÃO

Quando analisados os problemas que afetam o desempenho satisfatório dessas práticas discursivas por esses alunos matriculados no CEPAE/UFG, uma escola pública de Educação Básica semelhante a outras no Brasil, ao menos três fatores chamam muito a atenção:

1. Muitos alunos não se adaptam ao movimento, ao barulho, ao período exíguo de uma aula regular; e demandam outros procedimentos didático-metodológicos e mais tempo para que consigam compreender, apreender tanta informação, e, assim, cumprir com mais qualidade as atividades exigidas pela escola.
2. Muitos adolescentes, embotados pelos meios de comunicação de massa, pela falta de cultura de leitura em casa (e no próprio país, como um todo), pelo desábito de dedicar algumas horas ao estudo (infelizmente, provocado pela justificada ausência familiar, causada pelas necessidades financeiras e outras), carecem de um acompanhamento maior e melhor de pessoas que os ajudem a ler, a perceber o mundo de uma forma mais dinâmica e dialética; mas, o que só é possível, para alguns, com a interferência da própria escola, pela ajuda de professores e colaboradores.

3. Ainda, a comemorada (mas ainda assustadora) presença daqueles jovens que necessitam de uma atenção muito mais especializada do que a escola regular está acostumada a dar, que trazem um diagnóstico que revela suas limitações orgânicas - físicas, psíquicas, mentais, psíquicas..., mas não os direcionamentos mais adequados para potencializar suas capacidades e para colaborar com sua efetiva participação social.

De fato, os desafios a serem enfrentados são muitos, mas não podem servir de justificativa para o imobilismo ou o descumprimento da função que a escola tem, de promover a educação. E não pode ser qualquer ensino, mas deve ser aquele pautado no conhecimento como forma de compreensão e transformação do mundo e dos seres humanos. Uma escola que privilegie o acesso aos bens culturais da sociedade letrada, e não apenas que se preocupe em socializar pessoas. Um ambiente educativo que seduza o aluno e o professor, e que motive sua presença e permanência, única e exclusivamente, por causa do saber, do conhecer, do aprender e do construir.

Uma das possibilidades vivenciadas pelo CEPAE/UFG, e apresentada neste relato de experiência, tem sido esse projeto de acompanhamento a alunos em dificuldades de leitura e escrita: uma experiência que só tem sido possível graças a uma parceria responsável e compromissada de algumas Unidades e Faculdades da Universidade, que enviam seus monitores, estagiários e pesquisadores para vivenciar e contribuir para repensar a realidade da escola pública de Educação Básica.

REFERÊNCIA

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.